

SismMando

Gestão SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM - 2015/2017

www.sismmar.com.br

Passados quatro anos, Educação continua à deriva



GREVE GERAL!

Dia 11 de novembro, sexta-feira

Vamos derrubar a PEC 55 (ex-241)!

Balanço

Educação de Araucária continua sucateada

Sem planejamento e sem investimentos quatro secretários passam pela gestão, sem mudar o quadro

Quando provavelmente o professor Henrique Theobald assumir a Secretaria da Educação, em janeiro, vai encontrar uma situação difícil para resolver. Há uma demanda reprimida por quatro anos de desinvestimento na educação e nos seus profissionais.

Faltam materiais, equipamentos, professores e funcionários na rede municipal de ensino. As unidades de educação não têm a estrutura adequada.

Professores estão com os salários defasados, com a carreira congelada, lutando para terem direitos reconhecidos e, muitos, adoecendo.

O quadro herdado por Ronaldo Martins, na Smed, há quatro anos, já não era promissor. Durante sua gestão a realidade pouco mudou. Não houve um plano para revigorar a estrutura da rede.

A tentativa de repassar recursos às escolas por meio da conta bancária de diretores foi desastrosa. Por outro lado, não foi viabilizado o

Fundo Rotativo, que poderia resolver problemas emergenciais de manutenção.

Para negar direitos aos servidores, o principal argumento sempre foi a crise financeira e o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, para não investir na rede não há desculpa. Foi falta de prioridade, mesmo.

Martins marcou sua gestão pela distribuição de uniformes e não fez nada muito além disto. Já os assuntos de interesse da categoria e das escolas foram ignorados.

Sua sucessora na Secre-

taria da Educação foi Janete Maria Miotto Shiontek, pedagoga concursada, com história na rede de ensino, tendo atuado junto ao sindicato e ao Conselho Municipal de Educação. Quem depositou esperança de que mudaria a condução da Smed, se decepcionou.

As tentativas de negociação encaminhadas pelo Sismmar não evoluíram. Diretores de escolas também se organizaram para tentar entendimentos, sem grande sucesso.

Ocorre que os investimentos sociais da administração municipal estavam travados. Não havia espaço para se fazer algo, além dos encaminhamentos burocráticos da Smed. Pressionada pela categoria, Janete chegou a se alterar em algumas ocasiões.

Sua passagem foi marcada pela ação do Ministério Público para abrir vagas para 3.938 crianças na Educação Infantil. Em maio de 2015 foi firmado Termo de Ajustamen-



Janete Miotto Schiontek

to de Conduta para aumentar as vagas gradualmente até o final desta gestão, zerando a fila.

Somou-se a esta situação a necessidade de universalizar o ensino aos 4 e 5 anos de idade. Tudo isto, sem planejamento prévio e nenhum investimento.

Uma das alternativas escolhidas pela administração municipal foi comprar vagas (que não havia) na rede privada. Seria preciso criar a demanda. O resultado foi fraco.

Outra medida adotada foi estadualizar os anos finais. Os processos de estadualização foram tumultuados, com protestos das comunidades escolares. Na primeira tentati-

va, turmas e prédios foram repassados ao Estado. Foi apresentada como contrapartida a construção da nova escola Elírio, a única grande obra da gestão.

Na segunda tentativa, a comunidade do Werka resistiu e venceu. A terceira tentativa veio em forma de dualidade administrativa, com a gestão dos prédios municipais compartilhada com a rede estadual, que assume os anos finais em cinco escolas.

Janete saiu por ocasião da renúncia de Olizandro e passou o posto para Marcos Fernandes Rute. Também professor da rede, Rute reabriu o diálogo com o sindicato, recomeçando a conversa do zero. E no zero ficou. Passada a eleição, foi logo substituído por Ângela Menegusso, que era diretora geral da Smed.

Cabe a ela apenas organizar a casa para entregar à próxima administração, que terá muito trabalho pelos anos de desacertos na educação municipal.

Blog da Smed



Ronaldo Martins

Previdência

Eleição para o FPMA será em 13 de dezembro

Os servidores elegerão seus representantes no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal do Fundo de Previdência Municipal de Araucária em 13 de dezembro. Os mandatos são de

dois anos.

Serão eleitos para o Conselho Administrativo, quatro conselheiros representantes dos servidores do Poder Executivo; dois do Poder Legislativo e um aposentado.

Para o Conselho Fiscal serão eleitos três conselheiros representantes do Poder Executivo, um do Poder Legislativo e um aposentado.

As inscrições de candidaturas serão de 16 a 18 de novembro, em horário de expediente, na sede do FPMA.

A Comissão Eleitoral definiu 27 locais para votação, além de duas urnas itinerantes. O horário será das 8 da manhã às 17 horas.

Uma urna itinerante funcionará por 25 horas, abrindo às 16 horas do dia 12 e encerrando às 17 horas do dia 13, como as demais. O objetivo é cobrir todos os turnos de trabalho, em especial na saúde.

A apuração será no Anfiteatro da Prefeitura, às 8 horas da manhã do dia 14 de dezembro.

✦ www.fpma.com.br

É preciso eleger conselheiros comprometidos com a transparência

O Fundo de Previdência de Araucária é saudável porque é administrado e fiscalizado pelos servidores municipais. Afinal, é de interesse do funcionalismo que o fundo siga bem para honrar todas as aposentadorias.

No entanto, será preciso dar atenção ao futuro, quando a grande maioria das aposentadorias saírem desta poupança.

Para não haver problemas em algumas décadas, será preciso enfrentar o déficit atuarial. Um meio, é a Prefeitura aumentar a contribuição patronal, que hoje está em 12%. No setor privado é 22%. Outro meio é desonerar o FPMA dos benefícios da saúde, como auxílio doença.

A atenção dos servidores sobre seu fundo de Pre-

vidência deve ser redobrada, neste momento de ataques aos bens do povo e dos servidores. É sempre tentação para governantes se apropriarem destes recursos para cobrir prejuízos de má administração.

Exemplo disto foi a investida do governador Beto Richa (PSDB) contra a Paraná Previdência, deixando o fundo perto da insolvência. Tal situação ainda não ocorreu em Araucária porque os próprios servidores não deixaram.

Esta é a importância de se eleger pessoas comprometidas com a gestão transparente do FPMA. Representantes que informem sobre andamento do fundo e chamem a categoria para defendê-lo, quando necessário.

Ouçá o programa

ESPAÇO EDUCAÇÃO!

Aos sábados, 9 horas
Rádio Iguassu,
AM 830 khz

Ou pela internet,
www.radioiguassu.com.br



Ouçá e dê sua opinião!

Participe com críticas e sugestões!

Vencimentos

Servidores podem ficar sem o 13º salário

Prefeitura não sabe onde arranjar dinheiro para pagar proventos dos aposentados e 13º dos ativos

Estamos no início de novembro e ninguém sabe se a Prefeitura de Araucária terá dinheiro para pagar os proventos dos aposentados deste mês, de dezembro e do 13º salário. Também ninguém sabe dizer de onde serão arranjados recursos para pagar o 13º dos servidores em atividade.

A Prefeitura arrecada no mês para pagar as despesas daquele mês. Não foi feita reserva durante o ano para honrar os compromissos com os servidores. Nestes dois últimos meses terá que encontrar o valor de três folhas de pagamento.

Então, o risco de não ser pago o 13º salário é muito grande. O Magistério, que tira férias coletivas em janeiro, está também sob a ameaça de não receber o abono de férias.

APOSENTADOS

A Prefeitura havia anunciado a elaboração de projeto de lei para mudando rubricas orçamentárias no valor de R\$ 7,5 milhões, de outras secretarias para o FPMA - Fundo de Previdência Municipal de Araucária.

Porém, até o fechamento desta

edição, o projeto não havia chegado na Câmara de Vereadores, revelando a dificuldade em transformar o arranjo orçamentário em valores financeiros. Se isto ocorrer, os proventos de aposentados e pensionistas ficam assegurados.

Além dos milhões necessários para fechar a folha dos aposentados, a dívida do ano da Prefeitura com o FPMA é muito maior. Em janeiro e fevereiro, o prefeito não fez o repasse, que totalizou R\$ 1,6 milhão.

Somam-se a isto os R\$ 11 milhões que deveriam ser transferidos para cobrir o déficit atuarial. Deixar de fazer isto é comprometer a saúde financeira futuro Fundo.

ASSEMBLEIA

Professores e todos os demais servidores de Araucária estão em Estado de Alerta. O magistério já tem definido o dia 29 de novembro para realizar assembleia, caso não seja paga a primeira parcela do 13º salário até o dia 25. A pauta será a mobilização da categoria para cobrar seus direitos. Aguarde a convocação!

Estadualização

Contra a lei, processo ocorre sem ouvir comunidade escolar



Em 18 de outubro, a secretária Ângela Menegusso declarou a pais, estudantes e professores que o processo de estadualização era fato consumado

Pais e estudantes tentam, mas não conseguem apoio do MP para realizar audiência pública que debateria a estadualização dos anos finais de cinco escolas

Representantes de pais das escolas que estão passando por processo de estadualização procuraram o Ministério Público para requerer a ampla participação das comunidades nestas decisões.

O pedido se baseava na Constituição, na LDB e no Plano Municipal de Educação (PME). As leis asseguram a gestão democrática da educação pública. Embora o PME de 2015 preveja a estadualização dos anos finais, sua lei também diz que isto só ocorrerá após diálogo com a comunidade escolar, o que não aconteceu.

Cinco escolas terão dualidade administrativa. Serão divididas entre o Município, com anos iniciais, e o Estado, com os anos finais. São Elvira Buschmann, Marcos Freire, Terezinha Theobald, Papa Paulo VI e João Sperandio.

Quando os representantes de pais foram ao Ministério Público para negociar como seria a audiência pública, foram surpreendidos pelo cenário montado, com representações da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria Municipal. A direção do sindicato foi chamada às pressas.

Os pais e estudantes queriam que nessa audiência fossem apresentados dados concretos, como o número de matrículas a serem absorvidas pelo Estado, o planejamento da construção de prédios estaduais com cronograma de entrega dessas unidades e os termos em que é pretendida a entrega dessas escolas ao Estado.

De imediato, ficou evidente que não haveria audiência pública. Tudo se

resumiria a essa reunião. Não ocorreria o diálogo previsto no PME, pois os termos para a dualidade administrativa já haviam sido assinados no dia 14 de outubro.

A informação começou a circular no dia 15. No dia 17, segunda-feira, estudantes e pais foram ao Paço Municipal para cobrar uma posição do prefeito. Titubeante, Rui Souza jogou a responsabilidade a uma ação civil pública ingressada pelo Ministério Público. Disse que conversaria com o promotor e no dia seguinte daria resposta. Propôs uma conversa ampla com sindicatos, estudantes. Foi daí que surgiu a necessidade de se fazer uma audiência pública

No dia seguinte, pais, estudantes e professores retornaram à Prefeitura para saber se Rui havia conversado com o promotor. Foram recebidos pela secretária Ângela Menegusso e surpreendidos com a afirmação de que a estadualização era fato consumado.

Sentiram-se enganados e decidiram procurar o Ministério Público, mas não tiveram o apoio que esperavam.

Os pais e os estudantes sabem que a falta de investimento do Governo do Estado na educação prejudicará o futuro dos seus filhos. Isto os angustia, ainda mais sob a ameaça da PEC 55 (ex-241).

Porém, os trabalhadores sabem também que não podem contar com o apoio de nenhum organismo do poder público. Eles atendem acima de tudo aos interesses do poder. Trabalhadores só podem contar com sua própria capacidade de lutar e de resistir.

#Ocupatudo

Estudantes dão exemplo de luta



Os estudantes tomaram a frente na luta contra a Medida Provisória 746 e a PEC 55 (ex-241). Com esta atitude, eles provocaram para a luta os professores e toda a classe trabalhadora. De início, foram tomados mais de 1 mil colégios pelo Brasil, sendo mais de 800 no Paraná.

Quando as ocupações começam a refluir, eles se reorganizam em novos espaços e em outras formas de protestos. Universidades, instituições e órgãos da educação são diariamente ocupados.

Os estudantes mostraram que sabem por que lutam. Eles são exemplo para os professores e para todos os demais trabalhadores neste momento de ataque frontal ao futuro de todos nós.

Os estudantes estarão juntos na **GREVE GERAL**. Vamos nos unir a eles e reforçar a luta que é de toda a classe trabalhadora.

Greve Geral

10 questões que desmontam a PEC 55 (ex-241)

Economista organizou o tema em perguntas e respostas, com base na sua apresentação no Senado

Laura Carvalho

A PEC serve para estabilizar a dívida pública?

Não. A crise fiscal brasileira é sobretudo uma crise de arrecadação. As despesas primárias, que estão sujeitas ao teto, cresceram menos no governo Dilma do que nos dois governos Lula e no segundo mandato de FHC. O problema é que as receitas também cresceram muito menos – 2,2% no primeiro mandato de Dilma, 6,5% no segundo mandato de FHC, já descontada a inflação. No ano passado, as despesas caíram mais de 2% em termos reais, mas a arrecadação caiu 6%. Esse ano, a previsão é que as despesas subam 2% e a arrecadação caia mais 4,8%.

A falta de receitas é explicada pela própria crise econômica e as desonerações fiscais sem contrapartida concedidas pelo governo e ampliadas pelo Congresso. Um teto que congele as despesas por 20 anos nega essa origem, pois não garante receitas. Serve para afastar alternativas que estavam na mesa no ano passado, como o fim da isenção de 1995 sobre tributação de dividendos, o fim das desonerações e o combate à sonegação. A PEC reduz a discussão somente sobre as despesas.

A PEC também desvia o foco do debate sobre a origem da nossa alta taxa de juros – que explica uma parte muito maior do crescimento da dívida, já que se refere apenas às despesas primárias federais. A elevação da taxa de juros pelo Banco Central tem efeito direto sobre o pagamento de juros sobre os títulos indexados à taxa Selic, por exemplo – uma jabuticaba – coisa só do Brasil.

A PEC é frouxa no curto prazo, pois reajusta o valor das despesas pela inflação do ano anterior. Com a inflação em queda, pode haver crescimento real das despesas por alguns anos. No longo prazo, quando a arrecadação e o PIB voltarem a crescer, a PEC passa a ser rígida demais e desnecessária para controlar a dívida.

A PEC é necessária no combate à inflação?

Também não. De acordo com o Banco Central, mais de 40% da inflação do ano passado foram causados pelo reajuste brusco dos preços administrados que estavam represados (combustíveis, energia elétrica...). Hoje, a inflação já está em queda e converge para a meta. Ainda mais com o

desemprego aumentando e a indústria com cada vez mais capacidade ociosa, como apontam as atas do BC.

A PEC garante a retomada da confiança e do crescimento?

O que estamos vendo é que o corte de despesas de 2015 não gerou a retomada. As empresas estão endividadadas, têm capacidade ociosa crescente e não conseguem vender nem o que são capazes de produzir. Os últimos dados de produção industrial apontam queda em mais de 20 setores. A massa de desempregados não contribui em nada para uma retomada do consumo. Que empresa irá investir nesse cenário?

Uma PEC que levará a uma estagnação ou queda dos investimentos públicos em infraestrutura física e social durante 20 anos em nada contribui para reverter esse quadro, podendo até agravá-lo.

A PEC garante maior eficiência na gestão do dinheiro público?

Para melhorar a eficiência é necessário vontade e capacidade. Não se define isso por uma lei que limite os gastos. A PEC apenas perpetua os conflitos atuais sobre um total de despesas já reduzido. Tais conflitos costumam ser vencidos pelos que têm maior poder econômico e político. Alguns setores podem conquistar reajustes acima da inflação, e outros pagarão o preço.

A PEC preserva gastos com saúde e educação?

Não, estas áreas tinham um mínimo de despesas dado como um percentual da arrecadação de impostos. Quando a arrecadação crescia, o mínimo crescia. Esse mínimo passa a ser reajustado apenas pela inflação do ano anterior. Claro que como o teto é para o total de despesas de cada Poder, o governo poderia potencialmente gastar acima do mínimo. No entanto, os benefícios previdenciários, por exemplo, continuarão crescendo acima da inflação, mesmo se aprovarem outra reforma da Previdência (mudanças demoram a ter impacto). Isso significa que o conjunto das outras despesas ficará cada vez mais comprimido.

O governo não terá espaço para gastar mais que o mínimo em saúde e educação (como faz hoje, aliás). Gastos congelados significam queda vertiginosa das despesas federais com educação por aluno e saúde por idoso,

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Objetivo de Laura é ajudar aqueles que estão sendo convencidos pelo senso comum

por exemplo, pois a população cresce.

Outras despesas importantes para o desenvolvimento podem cair em termos reais: cultura, ciência e tecnologia, assistência social, investimentos em infraestrutura, etc. Mesmo se o país crescer...

Essa regra obteve sucesso em outros países?

Nenhum país aplica uma regra assim, não por 20 anos. Alguns países têm regra para crescimento de despesas. Em geral, são estipuladas para alguns anos e a partir do crescimento do PIB, e combinadas a outros indicadores. Além disso, nenhum país tem uma regra para gastos em sua Constituição.

Essa regra aumenta a transparência?

Um Staff Note do FMI de 2012 mostra que países com regras fiscais muito rígidas tendem a sofrer com manobras fiscais de seus governantes. Gastos realizados por fora da regra pelo uso de contabilidade criativa podem acabar ocorrendo com mais frequência.

O país já tem instrumentos de fiscalização, controle e planejamento do orçamento, além de metas fiscais anuais. Não basta baixar uma lei sobre teto de despesas, é preciso que haja o desejo por parte dos governos de fortalecer esses mecanismos e o realismo/transparência da política fiscal.

A regra protege os mais pobres?

Não mesmo! Não só comprime despesas essenciais e diminui a provisão de serviços públicos, como inclui sanções em caso de descumprimento

que seriam pagas por todos os assalariados. Se o governo gastar mais que o teto, fica impedido de elevar suas despesas obrigatórias além da inflação. Como parte das despesas obrigatórias é indexada ao salário mínimo, a regra atropelaria a lei de reajuste do salário mínimo impedindo sua valorização real – mesmo se a economia estiver crescendo.

O sistema político tende a privilegiar os que mais têm poder. Reajusta salários de magistrados no meio da recessão, mas corta programas sociais e investimentos.

A PEC retira o orçamento da mão de políticos corruptos?

Não. Apesar de limitar o tamanho, são eles que vão definir as prioridades no orçamento. O Congresso pode continuar realizando emendas parlamentares clientelistas. No entanto, o Ministério da Fazenda e do Planejamento perdem a capacidade de determinar quando é possível ampliar investimentos e gastos como forma de combate à crise, por exemplo. Imagine se a PEC valesse durante a crise de 2008 e 2009?

É a única alternativa?

Não. Há muitas outras, que passam pela elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação, segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais que até hoje vigoram e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir.

Greve Geral

11 de novembro é dia de GREVE GERAL

A paralisação é necessária para combater o pacote de maldades que Temer desfere contra a população

Trabalhadoras e trabalhadores estão sendo convocados a paralisar as atividades em todo o Brasil no dia 11 de novembro, sexta-feira.

A greve geral está sendo chamada por oito centrais sindicais brasileiras e tem como objetivo deter o pacote de maldades que o governo golpista de Michel Temer (PMDB) está impondo à população.

O capital mostra as garras e acirra a luta de classes contra os trabalhadores, que precisam sair às ruas na defesa dos seus direitos.

Mobilizações estão sen-

do preparadas pela CUT - Central Única dos Trabalhadoras, a Intersindical, a CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, a Conlutas, a Força Sindical, a Nova Central e a UGT - União Geral dos Trabalhadores. Outra paralisação geral está prevista para o dia 25 de novembro.

A principal medida do pacote de maldades é a Proposta de Emenda Constitucional aprovada na Câmara dos Deputados. Era a PEC 241, que no Senado se tornou a

PEC 55. Há também as discussões em torno das reformas trabalhista e da Previdência.

Confira:

❖ PEC 55 (ex-241)

A proposta congela os investimentos públicos por 20 anos. Leia na página ao lado.

❖ Reforma da Previdência

Especula-se o aumento da idade para se aposentar, fim das aposentadorias especiais, da diferença de idade entre homens e mulheres, aumento da contribuição previdenciária e muito mais.

❖ Reforma Trabalhista

O governo vem defen-

dendo a ideia de que acordos coletivos entre empregados e patrões prevaleçam sobre a lei. É o negociado sobre o legislado. A terceirização ir-restrita segue no Congresso. Assim, as leis trabalhistas viram letra morta.

❖ PL 257

Aprovado na Câmara, o projeto diz que a União dará auxílio financeiro a estados e municípios se arrocharem os salários e direitos dos servidores.

❖ PL 432

Flexibiliza o combate ao trabalho escravo.

❖ Pré-sal e Petrobras

O governo já começou o processo de entrega do Pré-Sal às multinacionais e a desmontar a Petrobras e toda a indústria em torno do Pré-Sal. As plataformas já não mais serão produzidas aqui, gerando desemprego. O dinheiro dos royalties dificilmente chegará à saúde e à educação.

❖ MP do Ensino Médio

A Medida Provisória enfraquece o Ensino Médio e dificulta o acesso ao ensino superior. É completada com a proposta de privatizar as universidades federais.

Judiciário

STF tem tomado decisões contra a classe trabalhadora

Em oito julgamentos recentes, o Supremo Tribunal Federal mudou entendimentos para reduzir direitos

O Judiciário vem se assumindo como um dos pilares do golpe cometido contra a classe trabalhadora. Reina a insegurança jurídica, com a reinterpretação de leis e a relativização da Constituição.

O Congresso Nacional ainda não mudou a legislação trabalhista. Este papel está sendo exercido pelo STF, como mostra o artigo de Patrícia Iglecio para o site *Justificando.com*. Ela cita oito julgamentos.

O corte de vencimentos em greve do setor público é o mais recente. Resulta de uma caminhada rumo ao desmonte da legislação trabalhista, que se acirrou neste ano. Leia no quadro. Há outros:

Prescrição quinquenal de FGTS – Em 2014, o STF declarou inconstitucional a legislação que previa para o recolhimento do FGTS o mesmo prazo de prescrição do recolhimento previdenciário, que é de 30 anos. Decidiu que a prescrição é de cinco anos, como a Constituição prevê para os demais direitos trabalhistas.

OS na administração pública – Em 2015, o STF confirmou a possibilidade de que organizações sociais (OS) prestem serviços públicos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento



tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde.

Contratar entidades privadas para o serviço público é um meio de driblar as leis de licitação e o concurso público.

PDV com quitação geral – Também em 2015 o STF decidiu ser válida a quitação de todas as parcelas decorrentes do contrato de emprego, em planos de demissão voluntária, se for previsto no Acordo Coletivo de Trabalho e ou foi assinado pelo empregado. Até então, o TST entendia que, pela CLT, o trabalhador podia aceitar essas condições e reclamar outros direitos. Não pode mais.

Prevalência do negociado sobre o legislado – Em setembro, o ministro Teori Zavascki reformou um acordo do Tribunal Superior do Trabalho. O TST havia derrubado acordo coletivo por entender

que os termos iam contra a legislação, que existe para assegurar condições mínimas de proteção ao trabalho. Como os tempos são de golpe, o STF determinou que agora o acordo vale mais que a lei.

Cancelamento de súmula 277 - Acordo trabalhista tem prazo de validade e necessita ser negociado um novo acordo a cada tempo. Para o TST, se patrões e empregados não chegam a um termo, os direitos continuam valendo até que se firme novo acordo. Em 15 de outubro, o ministro Gilmar Mendes concedeu liminar suspendendo este entendimento. Agora, se o acordo vence e o patrão não negocia, os direitos decaem.

Corte de verbas da Justiça do Trabalho – O relator do orçamento de 2016, e atual ministro da Saúde Ricardo Barros (PP-PR), cortou 30% do

custeio e 90% dos investimentos da Justiça do Trabalho, com intenção de precarizar o serviço. As associações da Justiça do Trabalho recorreram, pedindo a ilegalidade dos cortes, mas o STF negou.

Nulidade da desaposentação – São 1,6 milhão os trabalhadores que, aposenta-

dos, continuam trabalhando e contribuindo para o INSS. Até agora, era possível pedir a revisão do benefício ao se aposentar definitivamente. Em outubro, o entendimento mudou. O STF considerou esta revisão ilegal. Estes aposentados pagam sem receber nada em troca.

Para STF, é legítimo cortar ponto de grevistas

O STF trouxe à luz um processo de dez anos atrás e decidiu pela constitucionalidade do desconto dos dias de servidor. Por 6 votos a 4, o Plenário decidiu que a administração pública deve cortar o ponto dos grevistas, mas admitiu a compensação dos dias parados mediante acordo. O desconto não pode ser feito se a greve for motivada por conduta ilícita do poder público.

Será lícito ou ilícito o não pagamento de promoções e progressões previstas em lei e autorizadas? Será lícito arrochar salário?

Para os ministros que votaram contra, a Constituição garante ao servidor público o direito de greve desde 1988, mas até hoje o Congresso

Nacional não legislou sobre o tema. Não há lei que regule o direito de greve.

O Judiciário tomou este papel legislativo. Decidiu aplicar ao serviço público a lei que rege a greve no setor privado. Para o ministro Ricardo Lewandowski, não se pode aplicar ao servidor público o artigo 7º da Lei de Greve (Lei 7.783/1989), que prevê a suspensão do contrato de trabalho, porque o servidor público não tem contrato de trabalho, mas sim uma relação estatutária com o Estado.

A decisão do STF se ajusta às medidas depressivas da PEC 55. Ela constri os servidores num cenário de compressão do setor público por até 20 anos, gerando arrocho salarial e corte de direitos.

TABELA DO MAGISTÉRIO - LEI MUNICIPAL 1835/2008

Tabela em vigor a partir de 1º de junho de 2016, com reajuste de 3%. Lei Municipal 2.991/16

CLASSE I - Professoras/es do 1º ao 5º ano

Código	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
C0101A	I	1.557,27	1.619,56	1.684,34	1.751,71	1.821,78	1.894,65	1.970,44	2.029,55	2.090,44	2.153,15	2.217,75	2.284,28	2.352,81	2.399,86	2.447,86	2.496,82	2.546,76	2.597,69	2.649,64	2.702,64
C0102A	II	1.946,58	2.024,44	2.105,42	2.189,64	2.277,22	2.368,31	2.463,04	2.536,94	2.613,04	2.691,44	2.772,18	2.855,34	2.940,98	2.999,80	3.059,80	3.121,00	3.183,42	3.247,08	3.312,03	3.378,27
C0103A	III	2.335,89	2.429,33	2.526,50	2.627,56	2.732,66	2.841,97	2.955,65	3.044,32	3.135,64	3.229,71	3.326,61	3.426,40	3.529,20	3.599,78	3.671,78	3.745,21	3.820,12	3.896,52	3.974,45	4.053,94
C0104A	IV	2.569,47	2.672,25	2.779,14	2.890,30	3.005,92	3.126,15	3.251,20	3.348,74	3.449,20	3.552,67	3.659,25	3.769,03	3.882,10	3.959,74	4.038,94	4.119,72	4.202,11	4.286,15	4.371,88	4.459,31
C105A	V	2.954,88	3.073,08	3.196,00	3.323,84	3.456,79	3.595,06	3.738,87	3.851,03	3.966,56	4.085,56	4.208,13	4.334,37	4.464,40	4.553,69	4.644,76	4.737,66	4.832,41	4.929,06	5.027,64	5.128,24
C106A	VI	3.693,60	3.841,34	3.995,00	4.154,80	4.320,99	4.493,83	4.673,58	4.813,79	4.958,20	5.106,95	5.260,16	5.417,96	5.580,50	5.692,11	5.805,95	5.922,07	6.040,51	6.161,32	6.284,55	6.410,30
		0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 anos		24-26 anos		27-29 anos	

CLASSE II - Professoras/es do 6º ao 9º ano e pedagogas/os

Código	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
C0201A	I	1.946,58	2.024,44	2.105,42	2.189,63	2.277,22	2.368,31	2.463,04	2.536,93	2.613,04	2.691,43	2.772,17	2.855,34	2.941,00	2.999,82	3.059,82	3.121,01	3.183,43	3.247,10	3.312,04	3.378,28
C0202A	II	2.335,89	2.429,33	2.526,50	2.627,56	2.732,66	2.841,97	2.955,65	3.044,32	3.135,64	3.229,71	3.326,61	3.426,40	3.529,20	3.599,78	3.671,78	3.745,21	3.820,12	3.896,52	3.974,45	4.053,94
C0203A	III	2.569,47	2.672,25	2.779,14	2.890,30	3.005,92	3.126,15	3.251,20	3.348,74	3.449,20	3.552,67	3.659,25	3.769,03	3.882,10	3.959,74	4.038,94	4.119,72	4.202,11	4.286,15	4.371,88	4.459,31
C0204A	IV	2.954,88	3.073,08	3.196,00	3.323,84	3.456,79	3.595,06	3.738,87	3.851,03	3.966,56	4.085,56	4.208,13	4.334,37	4.464,40	4.553,69	4.644,76	4.737,66	4.832,41	4.929,06	5.027,64	5.128,19
C0205A	V	3.693,61	3.841,35	3.995,01	4.154,81	4.321,00	4.493,84	4.673,59	4.813,80	4.958,22	5.106,96	5.260,17	5.417,98	5.580,52	5.692,13	5.805,97	5.922,09	6.040,53	6.161,34	6.284,57	6.410,26
OBS*		0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 a		24-26 anos		27-29 anos	
		0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 anos		24-26 anos		27-29 anos	

*OBS. Pedagogos/as nomeados/as antes de 01/01/2008

AGENDA

NOVEMBRO

- Dia 8**
Conselho de Representantes, 8h30 e 13h30, no Sismmar
- Dia 10**
Coletivo de Aposentadas/os, 13h30, no Sismmar
- Dia 11**
GREVE GERAL
- Dia 20**
Dia Nacional da Consciência Negra
- Dia 25**
Dia de Combate à Violência contra a Mulher
- Dia 29**
Data indicativa para assembleia, caso não seja paga a primeira parcela do 13º salário

DEZEMBRO


- Dia 8**
Coletivo de Aposentadas/os, 13h30, no Sismmar

Agende sua consulta com a assessoria jurídica, pelos telefones (41) 3642-1280 ou 8753-5167 (TIM)

Mantenha atualizado seu cadastro junto ao SISMMAR

Portal  www.sismmar.com.br

Facebook  Sismmararaucaria



Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária - Gestão SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM - 2015-2017

Av. Beira Rio, 31, Bairro Iguacu, Araucária, PR. CEP 83701-090
Fones (41) 3642-1280 - 3642-6603. Celular/whatsapp (41) 8753-5167
Email sismmar@gmail.com - www.sismmar.com.br

Diretoria - Coord. Geral: Eloísa Helena Grilo e Hector Paulo Burnagui;
Administrativa: Josiane Furman e Josiel dos Santos Lima; **Finanças:** Simeri R Calisto e Roseane de Araújo Silva; **Organização Sindical:** Gilziane Queluz e Verieli Della Justina; **Comunicação:** Giovana Piletti e Alice Unicki; **Assuntos Pedagógicos e Formação Política:** Tatiane Penkal e Ana Paula Vansuita; **Aposentados:** Eley Luzivon e Irene de Lima; **Suplentes:** Mara Correa Martins, Leandro de Oliveira, Gilziely dos Santos, Kathleen Marczynski, Silvana Della Torre, Pérciles Barcellos, Lilian Strechar. **Atendimento -** Adrielle Montanha, Nilce Leda Pereira e Nair Diel. **Redação, edição e editoração -** Luiz Herrmann (DRT-2331). Gráfica Mansão. 1500 exemplares.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

JUNHO

SALDO EM 31 MAIO DE 2016	
Bancário	2.657,65
Aplicação	124.226,67
Total	126.884,32
RECEITAS	
Repasso PMA	48.580,73
Repasso FPMA	4.997,22
Resgate aplicação	4.026,35
DESPESAS	
Assessorias e Serviços	
Dieese	592,53
Contabilidade	899,00
Assessoria Jurídica	12.062,05
Fotocopiadora	352,00
Manutenção Site	231,00
Jornal O Popular	375,00
Repasses	
CNTE	1.970,00
ASPP	2.307,00
Campanha de lutas	
Faixas	90,00
Gráfica	3.116,00
Rádio Iguassu	2.400,00
Salão Assembleia	750,00
Cadeiras - Greve	700,00
Tendas - Greve	600,00
Carro de som-greve	9.262,50
Motoboy	1.503,00
Auxílios	
Lanches/refeições	1.794,20
Formação sindical	
CNTE e outros	350,58
Sede	
Copel	318,58
Sanepar	105,39
Telefone fixo	290,00
Telefone Móvel	444,66
Embratel	14,87
Mercado	
Segurança	100,00
Água	2.187,00

Material construção	15,00
Manutenção sede	310,00
Informática	120,00
Trabalhadores	
Auxilio refeição	1.781,00
Salários e vales	7.350,44
Estagiária - Jurídico	899,80
Jurídico	
Gastos processuais	816,28
Impostos e taxas	
PIS, FGTS, INSS, IP-TU, ISS	4.437,57
Custos bancários	95,72
Outras despesas	
Dedetizadora	660,00
Correio	179,45
Camisetas	3.000,00
Gastos Greve	683,06
Papelaria	442,91
Reembolso	140,64
Veículo	
Seguro	223,48
Gasolina	170,00
Estacionamento	47,70

JULHO

SALDO EM 30 JUNHO DE 2016	
Bancário	3.789,08
Aplicação	131.506,90
Total	135.295,98
RECEITAS	
Repasso PMA	49.783,04
Repasso FPMA	5.124,52
Resgate Aplicação	2.389,39
DESPESAS	
Assessorias e Serviços	
Dieese	592,53
Contabilidade	2.178,45
Assessoria Jurídica	13.511,29
Fotocopiadora	250,00
Informática	254,00
Jornal O Popular	300,00

Repasses	
CNTE	2.003,00
ASPP	2.272,00
Campanha de Lutas	
Xerox/Gráfica	2.473,59
Rádio Iguassu	1.500,00
Locação de cadeiras	550,00
Vídeos	2.920,00
Motoboy	2.350,00
Auxílios	
Lanches e refeições	1.850,06
Formação sindical	
CNTE e outros	1.649,71
Sede	
Copel	321,06
Sanepar	109,19
Telefone fixo	288,60
Telefone Móvel	539,30
Segurança	100,00
Água	80,00
Informática	345,00
Trabalhadores	
Auxilio refeição	1.545,20
Salários	7.798,01
Plano de saúde	1.397,28
Aux. Transporte	378,20
Estagiária - Jurídico	907,94
Jurídico	
Gastos processuais	691,56
Impostos e taxas	
PIS, FGTS, INSS, IP-TU, ISS	3.954,48
Custos bancários	88,80
Veículo	
Seguro	223,48
Gasolina	100,00
Estacionamento	11,40
SALDO EM 31 JULHO DE 2016	
Bancário	8.547,95
Aplicação	110.624,37
Total	119.172,32

Direitos

Pedagogas/os têm metas de luta imediatas

Uma é o reconhecimento da função docente e outra é definir a quantidade de profissionais por unidade

Duas questões têm tomado a atenção de pedagogas/os da rede municipal. Uma é o reconhecimento da sua função como docente. Outra, é o dimensionamento por escola.

Direitos

Desde 2006 a Lei 11.301 reconhece que o exercício da docência, de direção de unidade escolar, de coordenação e de assessoramento pedagógico é função de magistério, quando

realizado em estabelecimento de educação básica.

Portanto, esses profissionais têm direito à aposentadoria especial de professor/a.

A Prefeitura de Araucária nunca cumpriu a lei. Como toda a jurisprudência nacional evidenciava que o direito estava sendo descumprido, o Sismmar recorreu à Justiça e ganhou liminar.

Porém, como as normas e os entendimentos jurídicos de antes não valem mais, o Tribunal de Justiça reformou a sentença e cassou a liminar.

Os advogados do sindicato estão recorrendo, mas o Sismmar e as/os pedagogas/os têm tentado também a via política. A categoria propõe a assinatura de um decreto para regulamentar a aplicação da Lei 11.301, acabando com qualquer barreira jurídica.

Durante a sessão do Fórum em Defesa da Escola Pública, as pedagogas lançaram abaixo-assinado para pedir apoio pela aprovação do decreto. Conversas foram iniciadas com o ex-secretário Marcos Rute, mas como na Smed as negociações estão sempre começando do zero, vai ser necessário aumentar a pressão sobre o governo

municipal para resolver a questão pra ontem, já com atraso de dez anos.

Dimensionamento

Na definição sobre o número de pedagogas/os por escola, a discussão está em tomar como base a quantidade de turmas ou de alunos. A categoria defende que se use o parâmetro de turmas. Neste caso, se houver queda acentuada do número de estudantes numa escola, não será afetada a continuidade do processo pedagógico.

O Conselho Municipal de Educação havia indicado que até o final do ano haveria uma definição. As conversas com o CME e a Smed apontavam para um entendimento. Porém, neste momento de transição municipal, há pouco empenho da administração municipal em fazer avançar um acordo.



20 de novembro é o Dia da Consciência Negra

Apresentamos cinco sugestões de livros para se trabalhar questões referentes à culturas africanas e afro-brasileiras

Todas as cores do negro

Texto e ilustrações de Arlene Holanda. Brasília: Conhecimento, 2008.

Aborda em linguagem de prosa poética o universo da cultura e herança dos povos africanos no Brasil. Público infanto-juvenil, do 3º ao 6º ano.



girafas e outros animais selvagens. O texto proporciona um passeio pela diversidade e pluralidade do continente africano. Público infantil.

A História do Rei Galanga

Texto de Geranilde Costa e ilustrações de Cláudia Sales. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

O livro desmistifica a ideia da África como um continente sem história anterior à invasão portuguesa e apresenta alguns princípios da cosmovisão africana. Público de 6 a 10 anos.

Ifá, o Adivinho

Texto de Reginaldo Prandi e ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2002.

Conta a as aventuras de um adivinho que jogava seus búzios mágicos e desvendava o destino das pessoas. Público de 6 a 10 anos.



A Cor da vida

Texto de Semíramis Paterno. Belo Horizonte: Editora Lê, 2008.

É um livro ilustrativo que trabalha a diferença ao contar a história de duas crianças que se conhecem e ficam amigos quando passeiam com suas mães. Público infantil.

Obax

Texto e ilustrações de André Neves. Rio de Janeiro: Brinque-Book, 2010

Obax percorre a savana africana com a sua imaginação. Ela conhece



Convênios

DentalUni e Unimed têm reajuste

O plano de saúde Unimed e o plano odontológico DentalUni sofrem reajuste neste mês.

O DentalUni aumenta 20% e a Unimed sobe 33,73%, sem alteração no contrato atual.

A empresa havia procurado o Sismmar, propondo o reajuste. Apresentaram quatro cenários, com índice de até de 40,3% e alteração de cláusulas

no contrato, mudando os tetos de participação.

Nenhum dos quatro cenários foi aceito. A direção sindical apresentou, então, contrapropostas e

Após três rodadas de negociação, chegou-se a um acordo.

A direção sindical agradece aos professores que contribuíram na negociação.

Calendário Escolar 2017

Janeiro							Fevereiro							Março						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4				1	2	3	4
8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	5	6	7	8	9	10	11
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	12	13	14	15	16	17	18
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	19	20	21	22	23	24	25
29	30	31	26	27	28	26	27	28	29	30	31									

Abril							Maio							Junho								
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
						1				1	2	3	4	5	6					1	2	3
2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10		
9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17		
16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24		
23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31	25	26	27	28	29	30						
30																						

Julho							Agosto							Setembro							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
						1				1	2	3	4	5						1	2
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30	31	24	25	26	27	28	29	30			
30	31																				

Outubro							Novembro							Dezembro						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4						1	2
8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23
29	30	31	26	27	28	29	30	24	25	26	27	28	29	30						
						31														

- Dias Letivos
- Planejamento
- Formação pedagógica, após 17h30
- Revisão de resultado final
- Férias ou recesso
- Feriados
- Ponto facultativo

Fórum em Defesa da Escola Pública

Debates abordam as condições de trabalho

Na abertura, a professora Andréa Caldas falou dos fatores que causam sofrimento na profissão

Profissionais da educação de Araucária reuniram-se na 18ª Sessão do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública para debater as condições de trabalho no setor.

A abertura do evento ocorreu na noite de 20 de outubro, na Câmara de Vereadores. Os debates seguiram em sete grupos de trabalho pela manhã do dia 21, em cinco locais diferentes, com a plenária fi-

nal sendo realizada à tarde, no Salão da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios.

Como é costume, antes de se começarem os trabalhos é aberto espaço para apresentação cultural. Neste ano, ficou por conta do Coral Municipal de Araucária, que cantou músicas brasileiras e de diferentes países africanos.

Em seguida, as entidades e instituições que organizaram o evento saudaram os participantes do Fórum. Eloísa Helena Grilo falou pelo Sismmar; o vereador Paulo Horácio, pela Câmara Municipal; Laís Rufatto representou o Conselho Municipal de Educação; Raquel Zanon Belniak pela Smed; e a educadora Fernanda Lima do Amaral, pelo Sifar.

Chamou a atenção de todos a baixa participação de profissionais nas discussões. Muito menor foi o envolvimento da sociedade no debate sobre a educação no Município.

A professora doutora Andréa Caldas (UFPR) fez a palestra de abertura, falando sobre desistência e resistência no exercício do magistério. Este foi seu objeto de estudo para a tese de doutorado. Ela apresentou um panorama geral de elementos sociais e políticos que afetam o trabalho dos professores. Podem ser as condições de violência no entorno da escola ou medidas adotadas pelo governo em desrespeito à carreira, por exemplo.

Sua pesquisa partiu de um estudo publicado pela CNE nos anos 1990, onde a análise de uma pesquisa quantitativa levou a identificação da Síndrome de Burnout entre profissionais da educação.

Andréa Caldas fez uma pesquisa qualitativa, entrevistando pessoas para conhecer as razões do sofrimento na profissão e os fatores que levam a esmorecer; ou, em casos opostos, de pessoas expostas às mesmas condições, que reagem.

Há uma razão essencial que leva professores a desistir da profissão ou a se firmar na resistência para tentar superar as dificuldades – a paixão, diz a professora. As pessoas que mais se envolvem com a escola e querem mudar a realidade ou acabam se desiludindo, ou se tornam referência para resistir para melhorar a educação. As que se envolvem menos, com menos paixão, são menos prejudicadas.



O Coral Municipal de Araucária fez apresentação cultural na abertura da sessão



Representantes das entidades e instituições que organizaram a sessão saudaram os participantes



A professora doutora Andréa Caldas (UFPR) proferiu a palestra de abertura do fórum



Grupo 1. Saúde dos Profissionais da Educação, com Rafael Garcia de Paula, Diana Theodoro e Gustavo Silvestrin



Grupo 2. Carreira e Valorização Profissional, orientado por Giovana Piletti



Grupo 3. Reconhecimento dos Profissionais de Educação Infantil, orientado por Marilena Silva e Jonathan Ramos



Grupo 4. Identidade da/o Pedagoga/o na Articulação do PPP, orientado por Márcia Barbosa Soczek



Grupo 5. Gestão democrática nas unidades e no sistema, orientado por Aline Chalus Vernick Carissimi



Grupo 6. As Condições de Trabalho e o Processo de Inclusão, orientado por Karina Bichels



Grupo 7. Violência e Indisciplina na Escola, orientado por Maria Cristina Elias Esper Stival